

DIÁRIO DO GOVÊRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Diário do Govêrio, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 3 exemplares anunciam-se gratuitamente.

				AE	MIRE	BARUTA							
As 3 séries					2403	Semestre						÷	1308
A 1 A.serie					90 <i>\$</i>								488
A 2.º série													438
A 3.ª série	•	•	٠		80 <i>8</i>	l »							438
Para o e	st	ra	ng	eiro e	colóni	as acresce o p	101	rte	d	0	co	m	eio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2850 a linha, acrescido do respectivo imposto do sêlo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-rx-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Regulamentação do trabalho da construção naval no distrito de Aveiro.

Ministério da Justiça:

Alteração ao quadro do pessoal contratado, com carácter permanente, da Colónia Penal Agricola António Macieira.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações :

Declaração de ter sido, por despacho do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, adicionada uma rubrica ao orçamento privativo da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário referente a publicidade e propaganda.

Ministério das Colónias : .

Decreto n.º 31:216 — Dá nova redacção ao artigo 5.º do decreto n.º 23:241, que regula a forma de punição de delitos políticos e das infracções disciplinares de carácter político.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

Secção do Trabalho

Regulamentação de trabalho da construção naval em Aveiro

Para os devidos efeitos se publica que, por despacho de 23 de Março último, S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social determinou que o exercício da profissão dos operários e empregados que trabalham na construção naval no distrito de Aveiro seja regulamentado nos termos das cláusulas seguintes:

. I

As entidades patronais e os mestres construtores navais ficam obrigados a recrutar 60 por cento do pessoal necessário à construção de cada unidade de entre as pessoas inscritas como sócios ou membros contribuintes do Sindicato Nacional dos Carpinteiros Navais do distrito de Aveiro.

§ único. Só se consideram sindicalizados os operários que tenham em dia o pagamento das suas cotas e possuam o respectivo cartão sindical.

11

A distribuïção do serviço a oficiais, carpinteiros, calafates e serradores em cada obra deve ser feita de modo a empregar em proporções iguais as várias categorias de cada especialidade profissional. § 1.º Quando apenas trabalhar um calafate, carpinteiro e serrador, pode ser utilizado um profissional de qualquer categoria.

§ 2.º Quando trabalharem menos de quatro carpinteiros, não poderá haver mais de um de cada categoria.

§ 3.º As proporções estabelecidas só podem ser prejudicadas em favor de pessoal de categoria superior, o qual pode sempre substituir o de categoria inferior, sem prejuízo da remuneração que caiba à categoria que tem.

TTI

O critério de distribuïção de serviço previsto na cláusula anterior pode ser modificado pelo delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência no distrito de Aveiro quando o reconhecer necessário, em face de petição que lhe for dirigida pela parte interessada.

IV

As dúvidas e divergências que surgirem na classificação dos operários em qualquer das classes e categorias reguladas no despacho de 20 de Setembro do ano findo, que fixou os salários mínimos aos operários que trabalham na construção naval no distrito de Aveiro, serão esclarecidas e decididas por uma comissão constituída pelo delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência no distrito de Aveiro, pelo presidente do Grémio dos Armadores de Navios do Pesca do Bacalhau e pelo presidente do Sindicato Nacional dos Operários da Construção Naval.

§ 1.º Os membros da comissão têm o direito de no-

mear um perito cada.

§ 2.º Esta comissão exerce funções mediante requerimento da parte interessada, dirigido ao delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, que preside e terá voto de desempate.

77

É admissível percentagem de 15 por cento de aprendizes em relação ao número de operários empregados na construção naval de cada unidade.

VΙ

Nas embarcações em reparação só poderão trabalhar operários inscritos no Sindicato Nacional dos Operários da Construção Naval, sem prejuízo da percentagem de aprendizes regulada na cláusula anterior.

VII

Quando não existirem operários desempregados inscritos no Sindicato Nacional dos Operários da Construção Naval do distrito de Aveiro, as entidades patronais requisitarão os que forem necessários ao cumprimento do disposto na cláusula 11 no Sindicato congénere do distrito do Pôrto, ou no distrito de Coimbra, e na hipó-

tese de não haver desempregados inscritos nos referidos Sindicatos e distritos, poderão admitir fivremente os operários julgados necessários.

VIII

As infracções ao disposto nesto despacho sorão punidas nos termos do artigo 4.º do decreto n.º 25:701, com a nova redacção do decreto n.º 29:006, de 19 do Setembro de 1938, ficando sujeitas ao regime de sanções do decreto n.º 24:402, de 24 de Agosto de 1934, com referência ao artigo 28.º do mesmo decreto.

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 7 de Abril de 1941.—O Secretário, interino, Frederico Lemos de Macedo Suntos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Declara-so que, por despachos de S. Ex. as o Ministro da Justiça e Ministro das Finanças, respectivamente de 1 e 26 de Março findo, foi aprovada a seguinte alteração no quadro do pessoal contratado, com carácter permanente, da Colónia Penal Agrícola António Macieira:

	Alteração:	2160113112
-	1 auxiliar de ecónomo e fiel de armazém	480\$00
	Passa a denominar-se:	
	1 auxiliar de ecónomo	480\$C0
	Aumento:	
	1 fiel de armazém	500\$00
	Direcção Goral dos Serviços Prisionais, 5 de	Abril

Direcção Goral dos Serviços Prisionais, 5 de Abril de 1941. — O Director Geral, Augusto de Oliveira.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

Por despacho de S. Ex. a o Ministro das Obras Públicas o Comunicações de 14 do Março de 1941, visado por S. Ex. a o Sub-Secretário do Estado das Finanças em 27, foi adicionada ao orçamento privativo desta Junta a seguinte rubrica:

Capítulo único, artigo 10.º «Publicidado o propaganda» — 4.0003, o deduzida igual importância em «Gastos gerais do administração quo ficam por distribuir e so reservam para anos futuros», constante do mesmo orçamento.

Junta das Construções para o Ensino Técnico e Socundário, 7 do Abril de 1941. — O Presidente, Alexandre Alberto de Sousa Pinto.

MINISTÉRIO DAS CCLÓNIAS

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Decreto n.º 31:216

Convindo adaptar melhor às necessidades das circunstâncias presentes o preceito do artigo 5.º do decr to n.º 23:241, do 21 do Novembro do 1933, sem prejuízo do disposto no artigo 211.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português;

Ouvido o Conselho do Império Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 28.º do Acto Colonial o pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Ministro das Colônias decreta o eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O artigo 5.º do decreto n.º 23:241, de 21 de Novembro de 1933, passa a ter a seguinte redacção:

A todos aqueles cuja presença no território do Império Colonial Português ou de certa colónia seja reputada inconveniente são aplicáveis as seguintes medidas administrativas de segurança:

1.º Proibição de residência em qualquer ponto do território do Império;

2.º Expulsão da colónia ondo so encontrem, com fixação de residência noutra colónia;

3.º Proibição de residência em determinada colónia;

4.º Fixação do residência dentro da colónia onde so encontrem.

§ 1.º As medidas dos n.º 1.º e 2.º são da competência do Ministro das Colónias e as dos n.º 3.º e 4.º da competência do governador da colónia ondo se encontro o indivíduo que fôr objecto das medidas administrativas indicadas no corpo do presento artigo.

§ 2.º A decisão será tomada medianto despacho publicado no Boletim Oficial ou no Diário do Govêrno, conforme o caso, havendo dela recurso sem efeito suspensivo, a interpor no prazo de trinta dias por meio de requerimento, no qual será alegado tudo o que o recorrente julgar conveniente.

3.º Quando o despacho for dos governadores coloniais, conhece do recurso o Ministro das Colónias; quando for deste, o recurso será decidido pelo Conselho de Ministros.

Publique-so e cumpra-se como nêlo se contém.

Para ser publicado nos aBoletins Oficiais» de todas as culónias.

Pagos do Govêrno da República, 14 de Abril de 1941.— António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Francisco José Vieira Machado.